

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2015**

25ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, com competência em matéria previdenciária/propriedade industrial e intelectual.

Juiz Federal Titular: Dr. EDUARDO ANDRÉ BRANDÃO DE BRITO FERNANDES

Partindo de levantamentos realizados no questionário de Autoinspeção, bem como nas informações da última correição realizada, e nos mapas estatísticos disponíveis no sistema de processamento de dados da Seção Judiciária, realizou-se, no período de 20 até 27 de abril, a correição ordinária presencial da 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro, em decorrência da qual seguem as seguintes recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada.

RECOMENDAÇÕES:

1. Dar continuidade ao cumprimento da Meta 1 do CNJ, julgando mais processos que os distribuídos.
2. Dar andamento no processo 0015293-22.1992.4.02.5101, incluído na Meta 2 do CNJ.
3. Criar um local virtual para as iniciais.
4. Dar andamento aos processos conclusos com prazo vencido, em especial o de n.º 0040769-04.1988.4.02.51.01, concluso há 525 dias, bem como o de n.º 0801292-66.2010.4.02.51.01, concluso há 63 dias.
5. Dar andamento aos processos que se encontram parados entre 31 e 60 dias (45 processos) e há mais de 60 dias (06 processos).
6. Adotar as providências cabíveis acerca das petições pendentes, relativas aos processos n.ºs 0809913-86.2009.4.02.5101, 0040769-04.1988.4.02.5101 e 0804471-71.2011.4.02.5101.
7. Observar a classificação do motivo da suspensão, principalmente no que tange ao motivo “Outros”.
8. Observar a correta classificação das sentenças, para evitar equívocos como o do processo 0001994-06.2014.4.02.5101, bem como para evitar a classificação como “vazias”.

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

→ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Conforme a Portaria PR-RJ nº 320, de 26/03/2015, foram designados os Procuradores da República Marina Filgueira de Carvalho Fernandes e Wanderley Sanan Dantas para acompanhar os trabalhos de Correição Ordinária Eletrônica na 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro, sem que, todavia, tenham comparecido pessoalmente na sede desta Corregedoria para tanto.

Não houve, por outro lado, designação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil/RJ para acompanhar a correição.

→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES

(Resolução nº 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução nº 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução nº 16/2010, TRF 2ª Região).

. Juiz Federal Titular: Dr. Eduardo André Brandão de Brito Fernandes, desde 20/03/2013.

. Juiz Federal Substituto: vago.

→ ORGANIZAÇÃO (artigos 107 a 112 da CNCR)

Total de Servidores: 12

Analistas Judiciários: 04

Técnicos Judiciários: 06

Técnico Judiciário/Segurança: 02

Auxiliar Judiciário: 00

Estagiários: 04

Fonte: Questionário de Autoinspeção e Mapa: Planilha Apolo Excel – Intimados.

→ ACERVO TOTAL (artigos 32 a 36 da CNCR)

. MATÉRIA CÍVEL:

Total: 1.610

Suspensos: 437

Aguardando julgamento recurso/agravo: 363

Em tramitação: 810

Fonte: Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal, constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo ao mês de março/2015, e Planilha Apolo Excel – Intimados, extraídos em 22/04/2015.

→ ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS (art. 181 da CNCR)

- i. Total de atos processuais intimados (período 16/09/2014 até 16/03/2015):
4.207
- ii. Despachos: 2.534 - Tempo médio de conclusão/intimação: 05 dias
- iii. Decisões: 855 - Tempo médio de conclusão/intimação: 05 dias
- iv. Sentenças: 818 - Tempo médio de conclusão/intimação: 17 dias

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados, extraído em 22/04/2015.

Levantamento de dados e análises efetuados por: Tessa Karst Tavela

→ METAS DO CNJ

(Resoluções CNJ nº 70 de 18/03/2009 e nº 198, de 01/07/2014, e Metas 2015 e 2014, estabelecidas no VIII e VII Encontros Nacionais do Judiciário).

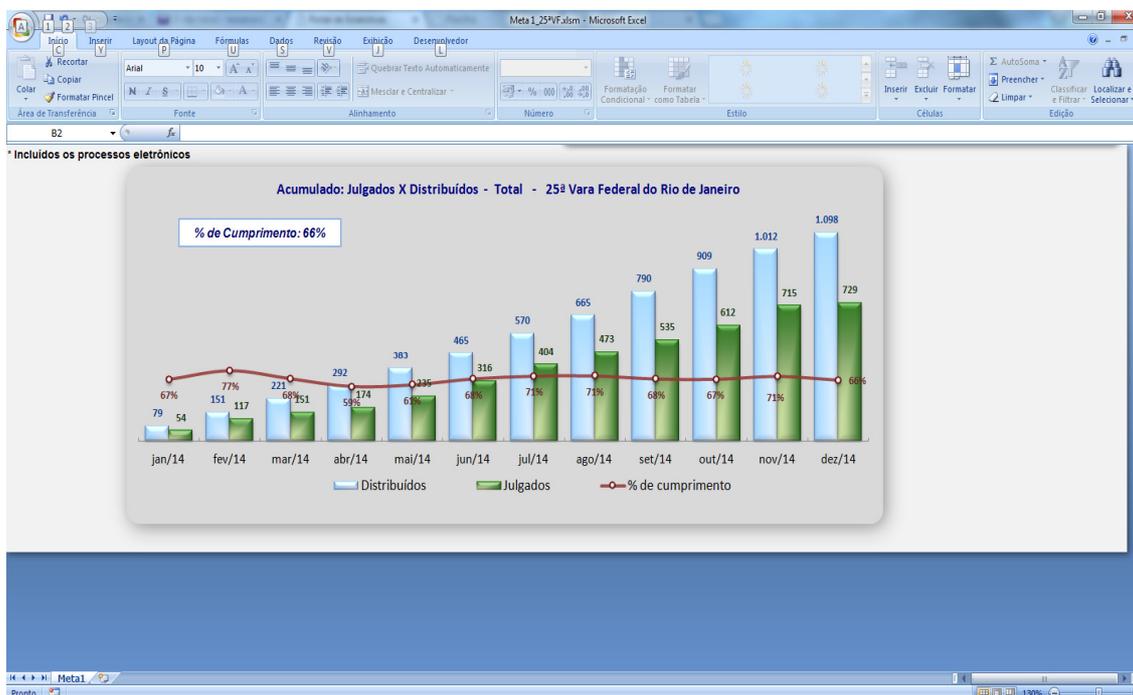
Metas Nacionais para 2015 aprovadas no VIII Encontro Nacional do Judiciário

OBS.: A despeito da divulgação das Metas Nacionais para o ano de 2015, ainda não foram disponibilizados, por ocasião da elaboração deste Relatório, os mecanismos necessários para a extração dos dados no Portal de Estatísticas deste Tribunal. Assim, foram analisadas as Metas referentes ao ano de 2014, com as adaptações possíveis.

I – META 1/2015: Julgar mais processos que os distribuídos

(Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente)

Situação em 2014 (acumulado): De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, referente à **Meta 1 de 2014**, extraído em 16/04/2015, verifica-se que foram distribuídos, em 2014, o total de 1.098 processos, e julgados, 729, de modo que o **percentual de cumprimento da meta foi de 66%**, como indicado no gráfico a seguir:



II – META 2/2015: Julgar processos mais antigos

Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos

distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais.

Situação: Consta apenas o Processo nº [00152932219924025101](#), em fase de execução, e com conclusão para despacho de 10/04/2015.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 16/04/2015.

III – META 03/2015: Aumentar os casos solucionados por conciliação.

(Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior).

OBS.: Não se aplica à vara correicionada.

IV - META 4/2015: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados):

(Identificar e julgar até 31/12/2015: Na Justiça Federal, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013).

OBS.: Não se aplica à vara correicionada.

V – META 5/2015: Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho e Justiça Federal).

(Baixar em 2015: Na Justiça Federal, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.)

OBS: Dados obtidos relativos à META 03/2014, em razão da não disponibilização dos mapas respectivos no Portal de Estatísticas.

	Não Fiscal
Março/2014	93
Março/2015	66

Redução (%)	29,03%
-------------	--------

VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)

(Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas: Na Justiça Federal, até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau).

OBS: Em razão da não disponibilização dos mapas necessários no Portal de Estatísticas deste Tribunal, os dados foram extraídos do Apolo, por classe de processos.

- Ação Popular, Mandado de Segurança Coletivo: Inexiste.
- Ação Civil Pública: 01 Processo.
- Ação Civil Pública Previdenciária: 02 Processos.

OBS.: Os processos acima referidos serão analisados adiante, no módulo relativo às “Ações Obrigatórias”.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 16/03/2015, e Apolo, Relatórios de Processos.

VII – METAS ESPECÍFICAS PARA 2015:

Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Identificar e julgar até 31/12/2015, pelo menos 70% das ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12/2013.

OBS.: Não se aplica ao juízo correicionado.

Levantamento de dados e análises efetuados por: Tessa Karst Tavela

→ PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA (art. 12, p. único, Resolução CJF n.º 496/2006 e art. 218 da CNCR):

Analisando os Mapas Estatísticos de Movimentação Processual (Sintético e Analítico), referente ao mês de março/2015, emitidos em abril/2015, verificou-se a seguinte situação:

- i. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO: Inexiste
- ii. AÇÃO POPULAR: Inexiste
- iii. AÇÃO CIVIL PÚBLICA: total de 03 processos:

- **0008879-36.2014.4.02.5101** – Em 19/02/2015 foram julgados os Embargos de Declaração opostos pela parte autora em face da sentença de fls. 146/153, publicada em 26/02/2015. Prazo aberto para contrarrazões à apelação interposta.

a. AÇÃO CIVIL PÚBLICA PREVIDENCIÁRIA:

- **0033194-65.2013.4.02.5101** – Processo encontra-se no TRF para julgar e processar recurso desde 02/02/2015.

- **0033194-65.2013.4.02.5101** - Processo encontra-se no TRF para julgar e processar recurso desde 02/02/2015.

- iv. AÇÃO DE USUCAPIÃO: Inexiste
- v. AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO: Inexiste
- vi. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO/MANUTENÇÃO DE POSSE: Inexiste

Fonte: Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal (Sintético e Analítico), constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativos ao mês de março/2015, Planilha Apolo Excel - Intimados e Sistema Apolos – módulo Secretaria – Cadastro de Processo.

Levantamento de dados e análises efetuados por: Tessa Karst Tavela

→ AUDIÊNCIAS (DE 01/09/2014 A 31/03/2015) (Art. 35, I, CNCR)

1. TOTAL: 26 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS, sendo a primeira em 17/09/2014 e a última em 25/03/2015.

2. AUDIÊNCIAS REALIZADAS MENSALMENTE:

.Setembro: 01

.Outubro: 09
.Novembro: 05
.Dezembro: 00
.Janeiro: 01
.Fevereiro: 02
.Março: 08

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo e SJRJ Intranet Apolo – NPROC – Planilhas Apolo (Excel) – Audiências, extraído em 16/04/2015.
--

Levantamento de dados e análises efetuados por: Tessa Karst Tavela

→ PROCESSAMENTO DE FEITOS CÍVEIS (FÍSICOS/VIRTUAIS)

1. INICIAIS (Artigos 305 a 316 da CNCR)

Não foi localizado local virtual para as iniciais.

Fonte: Questionário de Autoinspeção. Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário).

2. BALCÃO DE ENTRADA

- a. Documentos: 03 (em 18/03/2015, às 18:14h).
- b. Sendo o mais antigo de 18/03/2015, 17:13h.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário).

3. SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO (Artigos 305 a 317 da CNCR)

Analisados os locais virtuais, salvo melhor juízo, não se encontrou endereço eletrônico para as análises de prevenções.

Conforme informação prestada no questionário de Autoinspeção do juízo correicionado: *“Processos divididos entre o Diretor de Secretaria e Supervisores, em regra análise efetuada até o dia seguinte da distribuição.”*

Fonte: Questionário de Autoinspeção.

4. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO (Arts. 227 da CNCR)

- a. P/ DESPACHO HÁ MAIS DE 30 DIAS:
 - i. Matéria Cível: 02 processos:
 - 0040769-04.1988.4.02.51.01: concluso há 525 dias, com minuta no Apolo.
 - 0801292-66.2010.4.02.51.01: concluso há 63 dias, com minuta no Apolo.
- b. P/ DECISÃO HÁ MAIS DE 60 DIAS:
 - i. Matéria Cível: Não consta
- c. P/ SENTENÇA HÁ MAIS DE 180 DIAS

i. Matéria Cível: Não consta

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos, extraído em 16/04/2015, e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

5. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO (Arts. 228 da CNCR)

:

a. ENTRE 31 E 60 DIAS: Total de 45 processos, dos quais foram examinados, por amostragem, os seguintes:

00263586719994025101 – Voltou da Contadoria, com observação “para esclarecimentos ao Juízo”, em 27/02/2015.

00347330320124025101 – Aguardando devolução de carta precatória, desde 04/03/2015.

08099631520094025101 – Aguardando devolução de carta precatória, desde 04/03/2015.

08060999520114025101 – Último movimento foi intimação de despacho por registro no sistema, em 11/03/2015.

07736386119004025101 – Último movimento foi intimação de despacho por publicação, em 20/03/2015.

b. HÁ MAIS DE 60 DIAS: Total 06 processos, dos quais foram examinados, por amostragem, os seguintes:

00026133320144025101 – Último movimento foi expedição de ofício, em 27/01/2015.

01158660519914025101 – Último movimento foi juntada de petição, em 13/01/2015.

00335401620134025101 – Publicação de edital em 03/02/2015.

00050291419904025101 – Último movimento foi juntada de petição, em 18/12/2014.

00045256520144025101 - Último movimento foi juntada de petição, em 28/01/2015.

0517187-53.2004.4.02.5101 – Último movimento foi intimação por publicação, em 14/01/2015.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados, extraído em 16/04/2015, e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

6. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA (FÍSICOS E VIRTUAIS) (Arts. 180 e 318 da CNCR).

Aguardando juntada em 16/03/2015: 10 documentos, distribuídos da seguinte forma:

- . **01 petição de outubro de 2013, referente ao processo nº 0809913-86.2009.4.02.51.01, que se encontra com baixa.**
- . 02 petições de 2014, referente aos processos: 0040769-04.1988.4.02.5101 e 0804471-71.2011.4.02.5101.
- . 07 petições de 2015, referentes aos meses de fevereiro e março.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, extraída em 16/04/2015.
--

7. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS (Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR):

Foram encontrados os seguintes locais virtuais:

- i. PRAZOS CONTRARRAZÕES: 35 documentos, sendo o mais antigo de 27/03/2015, referente ao processo 0151118-63.2014.4.02.5101;
- ii. PRAZOS DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA: 18 documentos, sendo o mais antigo de 06/04/2015, referente ao processo 0031461-93.2015.4.02.5101;
- iii. PRAZOS EMBARGOS À EXECUÇÃO: 00 documentos;
- iv. PRAZOS EXECUÇÃO: 02 documentos, sendo o mais antigo de 07/04/2015, referente ao processo 0805209-93.2010.4.02.5101;
- v. PRAZOS MS: 02 documentos, sendo o mais antigo de 13/04/2015, referente ao processo 0025933-78.2015.4.02.5101;
- vi. PRAZOS SENTENÇA IMPROCEDENTE: 13 documentos, sendo o mais antigo de 30/04/2015, referente ao processo 0015272-74.2014.4.02.5101;
- vii. PRAZOS SENTENÇA PROCEDENTE: 30 documentos, sendo o mais antigo de 20/03/2015, referente ao processo 0167840-75.2014.4.02.5101;
- viii. PRAZOS EXTINÇÃO: 14 documentos, sendo o mais antigo de 04/04/2015, referente ao processo 0029709-86.2015.4.02.5101;
- ix. PRAZOS: 102 documentos, sendo o mais antigo de 20/02/2015, referente ao processo 0139617-15.2014.4.02.5101.

8. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC)

Foram analisados os seguintes locais virtuais:

- i. AGUARDANDO CUMPRIMENTO DE PRECATÓRIO 2015: 45 documentos
- ii. AGUARDANDO CUMPRIMENTO DE PRECATÓRIO 2016: 42 documentos
- iii. EXPEDIR RPV: 00
- iv. PASTA OFÍCIOS: 23 documentos

Fonte: Consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. – Locais Virtuais (Autorização de Usuário)
--

9. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA (Art. 189 da CNCR):

- a. Total em 16/03/2015: 15
 - i. Segredo absoluto: 00
 - ii. Segredo do Sistema: 01
 - iii. Segredo de Peças: 14

Foram analisados os processos:

0008139-44.2015.4.02.5101, 0008143-81.2015.4.02.5101, 0019964-82.2015.4.02.5101, 0015909-88.2015.4.02.5101, 0019998-57.2015.4.02.5101, 0020002-94.2015.4.02.5101, 0020005-49.2015.4.02.5101, 0020022-85.2015.4.02.5101, 0020032-32.2015.4.02.5101, 0021223-15.2015.4.02.5101, 0021172-04.2015.4.02.5101, 0021176-41.2015.4.02.5101, 0021178-11.2015.4.02.5101 e 0505970-47.2003.4.02.5101.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.
--

10. PUBLICAÇÕES (Mapa de março/2015) (Art. 181 da CNCR).

- a. Total de processos publicados (de 09/2014 a 03/2015): 3.830
- b. Total de Boletins: 168
- c. Média de processos/boletins: 22,80 processos.
- d. Tempo médio de dias/publicação: 5,10 dias.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações, extraído em 16/04/2015.

11.PROCESSOS COM REMESSA INTERNA/PRAZO (EM 03/2015)

- a. Contadoria: não há
- b. Distribuição: não há

Fonte: Mapa - Relatório de Processos Recebidos/Remetidos - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo (somente não devolvidos).

Levantamento de dados e análises efetuados por: Tessa Karst Tavela

→ SUSPENSÃO DE PROCESSOS (Artigos 267 a 269 da CNCR e Lei 9.099/95):

1. Número total de processos suspensos em 31/03/2015: 801

2. Motivo Da Suspensão

-Repercussão geral – 41

-Aguardando decisão de instância superior – 322

- Cumprimento Precatório/RPV – 250

- Embargos à execução – 64

- Outros – 113

3. Decisão judicial:

Por amostragem, de acordo com o mapa extraído do Apolo-Excel, em 16/04/2015, verificou-se que são lançadas corretamente as informações sobre o motivo da suspensão no sistema Apolo, conforme previsão legal e regulamentar (artigos 267 a 269 da Consolidação das Normas da Corregedoria- Regional, Provimento n.º 11/2011), com base nas respectivas decisões fundamentadas, nos processos a seguir:

i. Repercussão geral:

0800475-07.2007.4.02.5101

0804493-37.2008.4.02.5101

0803281-10.2010.4.02.5101

0806220-31.2008.4.02.5101

0813029-03.2009.4.02.5101.

ii. Aguardando decisão de instância superior:

0009970-60.1997.4.02.5101

0803063-79.2010.4.02.5101

0511809-48.2006.4.02.5101

0014392-82.2014.4.02.5101

0522473-75.2005.4.02.5101

iii. Cumprimento Precatório/RPV:

0811414-12.2008.4.02.5101

0514594-56.2001.4.02.5101

0012536-20.2013.4.02.5101

0803285-52.2007.4.02.5101
0807862-39.2008.4.02.5101

iv. Embargos à execução:

0511947-54.2002.4.02.5101
0025144-12.2004.4.02.5151
0810730-19.2010.4.02.5101

0808177-04.2007.4.02.5101
0022342-94.2011.4.02.5151

v. **Outros:**

0507058-52.2005.4.02.51.01 – Decisão em 15/04/2010, determinando aguardar decisão do STJ no recurso extraordinário interposto pela parte autora. Deveria ter como motivo “Aguardando decisão de instância superior”.

08019335420104025101 – Decisão em 03/03/2015, suspendendo a execução na forma do art. 739-A, § 1º do CPC. Salvo melhor juízo, deveria estar suspenso sob o motivo “embargos à execução”.

0808177-04.2007.4.02.5101- Decisão em 26/01/2015, suspendendo a execução na forma do art. 739-A, § 1º do CPC. Salvo melhor juízo, deveria estar suspenso sob o motivo “embargos à execução”.

00279639120124025101 - Decisão em 18/08/2014, suspendendo a execução na forma do art. 739-A, § 1º do CPC. Salvo melhor juízo, deveria estar suspenso sob o motivo “embargos à execução”.

Obs: Salvo melhor juízo, devem ser analisados, quanto ao motivo da suspensão, os processos: 0507058-52.2005.4.02.51.01, 0814669-41.2009.4.02.5101, 08019335420104025101, 0808177-04.2007.4.02.510, 00279639120124025101.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos, extraído em 16/04/2015, e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.
--

→ SENTENÇAS (Res. 535/2006 do CJF, e arts. 219 a 221 da CNCR)

Total (no período de 01/09/2014 a 31/03/2015): 938

1. JUIZ TITULAR:

- a. Convertidas em diligência: 54
- b. Embargos de declaração: 63
- c. Resolução de mérito: 504
 - i. Conciliação/transação: 05
 - ii. Improcedente: 179
 - iii. Improcedente – dispensada citação: 10
 - iv. Procedente: 36
 - v. Procedente em parte: 219
 - vi. Reconhecida prescrição/decadência: 12
 - vii. Reconhecimento da procedência do pedido: 01
 - viii. Procedente com tutela deferida: 15
 - ix. Procedente em parte com tutela deferida: 26
- d. Sem resolução de mérito: 311
 - i. Desistência da ação: 05
- e. Vazias: 06

→ REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇAS

Observa-se que o juízo correicionado classifica adequadamente as sentenças, inclusive com inserção dos dados no sistema Apolo, de acordo com as determinações da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento nº 11/2011). Foram inspecionados, por amostragem, os seguintes processos:

- i. Sentença tipo A (fundamentação individualizada): 210

0013833-28.2014.4.02.5101
0132982-18.2014.4.02.5101
0008293-96.2014.4.02.5101
0121245-18.2014.4.02.5101
0138366-59.2014.4.02.5101

ii. Sentença tipo B1 (Homologatória de Acordo): 05

0151597-56.2014.4.02.5101
0000942-72.2014.4.02.5101
0109260-52.2014.4.02.5101
0141238-47.2014.4.02.5101
0025475-13.2012.4.02.5151

iii. Sentença tipo B2 (Sentenças repetitivas – padronizadas): 253

0005275-67.2014.4.02.5101
0008890-02.2013.4.02.5101
0005275-67.2014.4.02.5101
0008477-52.2014.4.02.5101
0003828-44.2014.4.02.5101

iv. Sentença tipo C (Sem julgamento do mérito): 299

0818159-37.2010.4.02.5101
0011424-79.2014.4.02.5101
0804937-65.2011.4.02.5101
0478921-41.1900.4.02.5101
0808249-88.2007.4.02.5101

v. Embargos declaratórios: 57

0149032-22.2014.4.02.5101
0139456-05.2014.4.02.5101
0013770-37.2013.4.02.5101
0127426-35.2014.4.02.5101

0001994-06.2014.4.02.5101 – Trata-se de sentença proferida em embargos à execução (julgados improcedentes), equivocadamente cadastrada, todavia, como sentença tipo “embargos de declaração”. No corpo da sentença, está a classificação “Tipo A”.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados, em 22/04/2015, e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

→ CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS) (Art. 217 da CNCR):

Conforme informação prestada no questionário de Autoinspeção do juízo correicionado, *“é gerado um relatório de processos conclusos para sentença mais antigos e os que estiverem há mais tempo no gabinete são priorizados”*.

→ LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS NO GABINETE

Conforme informação prestada no questionário de Autoinspeção do juízo correicionado, *“os processos conclusos para sentença são separados por matéria – previdenciária e propriedade intelectual. Dentro de propriedade intelectual, há divisão em mandado de segurança e ação ordinária. Dentro de previdenciário, há divisão em mandado de segurança e tipo de benefício (aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição/especial, auxílio doença/aposentadoria por invalidez, pensão por morte, outros benefícios). Há, também, escaninhos separados para embargos à execução, embargos de declaração, extinção sem resolução de mérito e sentenças padronizadas”*.

Fonte: Questionário de Autoinspeção.

Levantamento de dados e análises efetuados por: Tessa Karst Tavela

→ EXECUÇÃO (art. 333 da CNCR)

1. **FASE 18:** Informada em 487 processos , em março/2015.

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região - Execução de Sentença, extraído em 16/04/2015.

2. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO - RPV E PRECATÓRIO: (Art. 217, II, da CNCR)

(Mapa de Precatário e RPV, do Sistema Processual Apolo, referente ao período compreendido entre 01/09/2014 a 31/03/2015)

- a. Físicos: 180
- b. Virtuais: 133

- RPV's: 213

. Cadastrados: 32

. Enviados: 180

- Precatórios (Parcela única): 100

. Cadastrados: 06

. Enviados: 92

- Precatórios Parcelados: 00

Total de Requisições enviadas: 272

Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 973 dias.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatário e RPV, extraído em 16/04/2015.

→ GRANDES DÉBITOS (ARTIGOS 272 E 273 DA CNCR)

NÃO SE APLICA

Fonte: Questionário de Autoinspeção (item 3.4.2, d).

→ PENHORA ONLINE: SISTEMA BACENJUD (Resolução 61/08-CNJ e Res. n.º 21/08-TRF2)

Conforme informação prestada no questionário de Autoinspeção do juízo correicionado, há atualmente 05 ordens de bloqueio cadastradas no sistema Bacenjud.

Fonte: Questionário de Autoinspeção (item 3.4.2, e).

→ LEILÕES (ARTIGOS 270 A 290 DA CNCR)

INEXISTE.

Fonte: Questionário de Autoinspeção (item 3.4.2, f).

→ CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS (Artigos 356 a 358 da CNCR)

INEXISTE.

Fonte: Questionário de Autoinspeção (item 3.4.2, g) e Sistema Apolo – módulo Secretaria – Relatório de Bens Penhorados.

→ BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS (Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005)

Total de acautelamentos/apreensões: não há dados a relatar (01/01/1900 a 31/03/2015).

Fonte: Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de Material Apreendido/Acautelado
--

Levantamento de dados e análises efetuados por: Tessa Karst Tavela

→ LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS (ART. 147/151 CNCR)

Observação: Não há dados a relatar, tendo em vista que a correição é realizada na forma eletrônica, e a Inspeção Anual do juízo correicionado foi marcada para data posterior à da correição (04 a 08 de maio de 2015, cf. Ofício RJ-EDT-2014/00204).

Fonte: Relatório de Inspeção Anual.

Levantamento de dados e análises efetuados por: Tessa Karst Tavela

→ ESPAÇO FÍSICO

Nada foi relatado sobre o espaço físico e instalações do juízo correicionado no Questionário de Autoinspeção.

→ METAS FIXADAS PELO JUÍZO A SEREM ATINGIDAS A PARTIR DA AUTOINSPEÇÃO:

Metas de curto prazo (3 meses): “Levando-se em consideração o atual relatório estatístico, sentenciar o processo 0818736-15.2010.4.02.5101, assim como os processos conclusos para sentença distribuídos em 2014.

Metas de médio prazo (6 meses): “Diminuir o acervo e manter os prazos de conclusão definidos pela Corregedoria”.

Metas de longo prazo (1 ano): “Diminuir o acervo e manter os prazos de conclusão definidos pela Corregedoria.”

Fonte: Questionário de Autoinspeção (item 4.2).

RELATÓRIO FINAL ELABORADO POR:

Tessa Karst Tavela, Mat. n.º11.777.

Revisão: Marcia F. Borges, Mat. n.º 15.548.